



## NOTA OBTIDA NA PROVA DE APTIDÃO NÃO REFLETE NOTAS DE DISCIPLINAS PRÁTICAS PARA ALUNOS DE ESPORTE

Cacilda Amaral

Para ingressar no curso de Bacharelado em Esporte, os alunos eram submetidos a provas teóricas e uma prova prática que representa um total de 40 pontos na média final do vestibulando. Essa prova de aptidão motora era constituída por três provas motoras, sendo elas: 1) salto horizontal 2) circuito contra o relógio, 3) um teste de correr ou caminhar de 12 minutos.

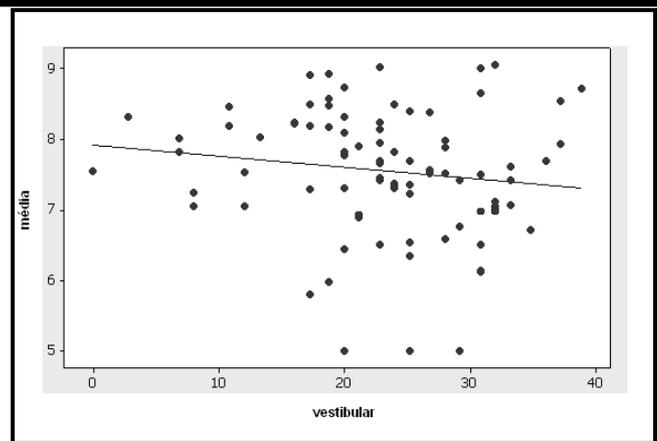
A concepção desta prova foi baseada no fato de que, segundo alguns idealizadores da prova, os alunos que ingressam no curso de Bacharelado em Esporte têm de apresentar uma condição física adequada para poder se desenvolver durante o curso, principalmente no que diz respeito às disciplinas práticas que esses alunos terão de cursar.

Em decorrência de reflexões à respeito desta prova para o ingresso de candidatos ao curso de Bacharelado em Esporte da EEFÉ-USP e com o objetivo de dar maiores subsídios às discussões a respeito da mesma e a outros estudos foram analisadas as notas das provas de habilidades específicas de 89 candidatos que realizaram a segunda fase da FUVEST e que ingressaram no curso de Bacharelado em Esporte, nos vestibulares dos anos de 2004 e 2005. Além disso, obtivemos as notas nas disciplinas práticas como futebol, basquetebol, natação, handebol, entre outras através do sistema JúpiterWeb,

que os mesmos alunos (ex-candidatos) haviam cursado até o primeiro semestre de 2007 onde traçamos uma comparação entre as variáveis através de regressão linear. A análise apresentou um coeficiente de determinação de  $-0,0190$ , com nível de significância (P) igual a  $0,196$  indicando não haver relação entre a média ponderada nas disciplinas práticas e a nota obtida na prova específica do vestibular da FUVEST.

Apesar de não haver relação entre as variáveis, não podemos concluir categoricamente a efetividade ou não da prova de aptidão. Inicialmente porque nesta análise estão envolvidas outras características não estudadas, como a própria estrutura das disciplinas orientadas a vivências práticas, dependente apenas da experiência prévia do docente que as ministra, ficando uma lacuna no que diz respeito ao verdadeiro conhecimento científico acerca do conteúdo a ser desenvolvido (TANI, 1996), como também a avaliação que é feita nestas disciplinas, uma vez que cada uma delas apresenta um critério de avaliação diferente e um foco diferente, ora no teórico, ora no prático.

Neste caso em específico, há uma grande influência no estudo em questão, uma vez que uma



Relação entre média das disciplinas práticas e notas do vestibular

das variáveis analisadas é a média ponderada das disciplinas práticas. Assim sendo, como não há uma estruturação única na avaliação dos alunos nem no foco da disciplina, este fato pode vir a interferir na relação destas com a nota obtida na prova prática.

Os fatos nos mostram que falta ainda ao curso de Bacharelado em Esporte uma identidade tanto no que diz respeito às suas disciplinas e avaliações das mesmas, quanto às provas aplicadas no vestibular para o ingresso no curso. Tanto que no primeiro semestre deste ano a prova de habilidades específicas foi destituída do vestibular para os candidatos ao curso de Bacharelado em Esporte. Esta medida foi tomada com o intuito de revisar a prova após o apontamento dos

pontos falhos da mesma, para que futuramente, quando for restituída, ela possa ser mais justa na seleção dos candidatos e que esteja de acordo com os propósitos do curso e da estrutura do mesmo.

### NESTA EDIÇÃO:

<i>Entrevista CREF</i>	2
<i>Ensaio: Pullover</i>	3
<i>PET em foco</i>	4
<i>Poluição nas Olimpíadas</i>	4
<i>Lei seca no trânsito</i>	4
<i>Tirinha</i>	4

Mauro Oide Jr.

## ENTREVISTA

## Fernando Izac Soares e Flávio Delmanto

## Conselho Regional de Educação Física (CREF-SP)

**Fernando Izac Soares**

Coordenador do Setor de Fiscalização do CREF4/SP

**Prof. Flavio Delmanto****Formação Acadêmica**

Licenciado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de São Carlos;

Formado também em Pedagogia, Contabilidade e Jornalismo.

**Cursos e Especializações em:**

Mestrado de Educação Física pela Escola Paulista de Medicina.

**Experiência Profissional**

Atual membro do Conselho Federal de Educação Física e do Conselho de Desportos da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;

Diretor do Núcleo de Saúde das Faculdades Metropolitanas Unidas;

Coordenador do curso superior de Educação Física das Faculdades Metropolitanas Unidas.

**PET: Qual a abrangência legal da área de atuação da educação física?**

Com a regulamentação da Profissão de Educação Física pela Lei Federal 9696/98 de 1º de setembro de 1998, compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

**PET: Como é feita a fiscalização dos profissionais atuantes?**

O CREF4/SP, por meio do Departamento de Fiscalização, atua em todo o Estado de São Paulo, tendo uma equipe formada por 11 Agentes de Orientação e Fiscalização que, periodicamente, fiscaliza os locais de intervenção profissional. Nossa

fiscalização age de forma preventiva, no atendimento de denúncias e em eventos esportivos.

**PET: Os alunos de educação física e esporte que estão nos últimos anos da faculdade não podem ter carteira do CREF, sendo assim, como deve ser a atuação deles?**

Desde que atendida a legislação de Estágio, estes alunos poderão apenas estagiar.

**PET: Qual o posicionamento do CREF com relação aos profissionais de dança, capoeira, teatro e artes marciais?**

Por conta de liminar concedida pela Justiça Federal, o CREF4/SP encontra-se no momento impedido de fiscalizar profissionais/entidades que atuem exclusivamente nas atividades de dança, artes marciais, ioga e capoeira. Ressalte-se, no entanto, que exceto para a modalidade de dança de salão, para as demais modalidades ainda não houve julgamento do mérito da ação.

Por outro lado, não há impedimento para os profissionais que atuam com as modalidades acima citadas para que venham a requerer seu registro junto ao CREF4/SP, desde que seja de livre e espontânea vontade dos mesmos.

*"Por conta de liminar concedida pela Justiça Federal, o CREF4/SP encontra-se no momento impedido de fiscalizar profissionais/entidades que atuem exclusivamente nas atividades de dança, artes marciais, ioga e capoeira."*

**PET: Qual a situação dos profissionais que ingressaram na área de educação física anteriormente à criação da Lei Federal nº. 9.696/98?**

Com a regulamentação da profissão estas pessoas obrigatoriamente deverão atender a legislação em vigor, desta

forma deverão requerer seu registro profissional.

A Lei Federal 9696/98 em seu Art. 2º determina que serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido

II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

**PET: Quais os desafios que o CREF pretende superar nos próximos anos?**

-Criar mecanismos de maior valorização do Profissional de Educação Física

-Fortalecer a inclusão do Profissional de Ed. Física nos programas de saúde dos órgãos públicos

-Ampliar o atendimento ao Profissional

-Definir a carga horária escolar das aulas de Educação Física nas Secretarias de Educação dos municípios e do Estado.

**ENSAIO**

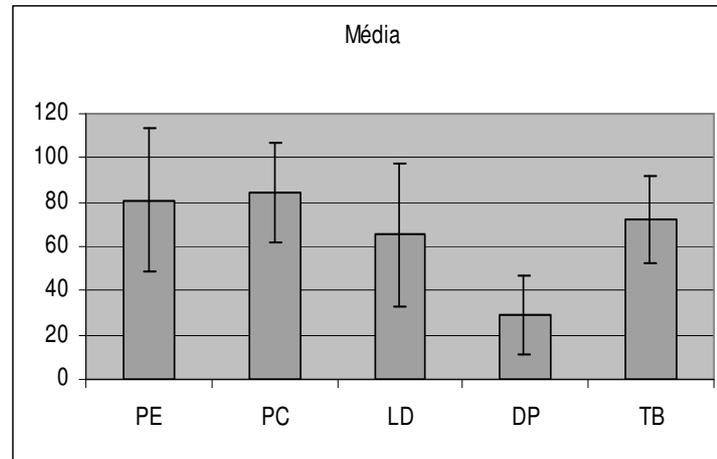
**ATIVIDADE ELETROMIOGRÁFICA DE MÚSCULOS DOS MEMBROS SUPERIORES DURANTE A EXECUÇÃO DO “PULL OVER”**

Mauro Oide Jr., Víctor Takara e Júlio Serrão

O “pull over” é um movimento típico do treinamento de força tanto para o esporte quanto para a qualidade de vida. Ele consiste no movimento de extensão bilateral dos ombros, com ambos os braços abduzidos e em rotação externa enquanto se segura um halter, perpendicularmente ao punho, com ambas as mãos em pronação, mantendo o corpo em decúbito dorsal (figura 1). Contudo, uma busca feita através da literatura demonstra uma deficiência em estudos que retratem aspectos eletromiográficos desse movimento. Assim, o trabalho teve como objetivo a descrição do comportamento eletromiográfico dos músculos peitoral maior clavicular (PMC), peitoral maior esternal (PME), grande dorsal (GD), deltóide posterior (DP) e a porção longa do tríceps braquial (TBL). A amostra consistiu de 7 sujeitos, todos com, no mínimo, 2 anos de experiência em treinamento de força e que utilizavam o “pull over” em seu treinamento. Foi feito um teste para a verificação da carga adequada para 10 Repetições Máximas (RM), nos parâmetros de Brennecke (2007). A partir desse teste, inferiu-se a carga com a qual o sujeito conseguiria completar 10 repetições, mas não 11. Esse teste foi adotado pelo fato de estimar uma carga próxima da prática utilizada no treinamento de força. Para que fossem posicionados eletrodos, o ponto motor foi localizado com uma caneta de eletroestimulação.

A cinematria foi utilizada com o intuito de discriminar a fase ascendente da fase descendente de movimento. As filmagens foram feitas com uma câmera digital (Panasonic, modelo PV-GS50S), com capacidade de aquisição de 60 Hz fixada em um tripé e posicionada frente ao plano sagital do sujeito.

Depois de instrumentado, o sujeito realizou 3 séries de



Ativação muscular média durante o pullover

10 repetições do exercício com a carga estipulada como máxima para esse número de repetições no teste de carga a uma velocidade auto-selecionada. O halter foi colocado nas mãos do indivíduo quando este se encontrava com os cotovelos estendidos e braços perpendiculares ao corpo. Um auxiliar experiente foi

posicionado de modo a oferecer segurança ao sujeito. Houve um intervalo de tempo de descanso entre 1 minuto e 30 segundos e 2 minutos entre uma série e outra, de modo que esse intervalo se demonstrava dentro da faixa de descanso normal de treino de cada sujeito. O tratamento estatístico foi realizado através do programa Minitab 15. Foi realizada uma estatística descritiva e, posteriormente aplicouse o teste GLM (General Linear Model) com post hoc de Tukey para testar as possíveis

diferenças entre as séries e músculos. O nível de significância foi estabelecido em 5%. Durante a realização do Pullover, houve diferença significativa ( $p < 0,001$ ) apenas entre a atividade do Deltóide Posterior e os demais músculos. Não houve diferença de atividade ( $p > 0,5$ )

entre os músculos Peitoral Maior (porções esternal e clavicular), Grande Dorsal e Tríceps Braquial cabeça longa. A média de atividade da porção esternal do peitoral foi de  $80,74 \pm 32,28$  % da CVIM, a média de atividade da porção clavicular do peitoral maior foi de  $84,4 \pm 22,15$  % da CVIM, o músculo Tríceps Braquial (cabeça longa) evidenciou média de atividade de  $72,4 \pm 19,45$  % da CVIM e o Grande Dorsal apresentou média de atividade de  $65,17 \pm 32,47$  % da CVIM. A atividade do Deltóide Posterior foi a mais baixa, apresentando valores médios de  $29,07 \pm 17,69$  % da CVIM. Não houve diferença de atividade muscular ( $p > 0,5$ ) entre as séries de execução do pullover.

Dos músculos analisados, podemos concluir que apenas o deltóide posterior trabalha em baixa intensidade. O peitoral maior, latíssimo do dorso e tríceps braquial trabalham, em média, acima de 60%, sendo assim, podemos dizer que eles têm uma ativação de moderada a alta.

**Bibliografia:**

Brennecke A., *Influencia da ordem de execução dos exercícios na ativação muscular*, São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte - USP, Dissertação de Mestrado em Educação Física, 2007

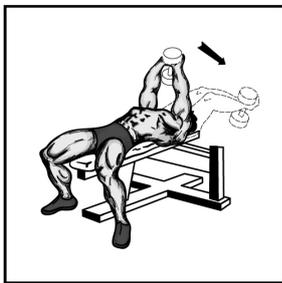


Figura 1



“..., uma busca feita através da literatura demonstra uma deficiência em estudos que retratem aspectos eletromiográficos desse movimento.”

“Não houve diferença de atividade ( $p > 0,5$ ) entre os músculos Peitoral Maior (porções esternal e clavicular), Grande Dorsal e Tríceps Braquial cabeça longa.”

“Não houve diferença de atividade muscular ( $p > 0,5$ ) entre as séries de execução do pullover.”

“Dos músculos analisados, (...) apenas o deltóide posterior trabalha em baixa intensidade. O peitoral maior, latíssimo do dorso e tríceps braquial (...) têm uma ativação de moderada a alta.”

# PET em destaque

Thalita Blasques Dassouki

## Análise da Revista Brasileira de Educação Física

A produção científica em Educação Física no Brasil sofreu sensível avanço com a criação dos primeiros cursos de Mestrado (1977) e Doutorado (1989) pela Universidade de São Paulo. A partir de então, a produção acadêmica na área vem contribuindo para a construção do conhecimento e para o constante processo de reflexão, ampliação e consolidação do campo de estudos que envolvem a Educação Física e o Esporte (LÜDORF, 2001).

Partindo-se do pressuposto que tais avanços continuam ocorrendo, a produção do conhecimento em Educação Física pode ou não ter sofrido mudanças que se perpetuaram desde então. A partir do exposto esta pesquisa teve como objetivo compreender o panorama da pesquisa em Educação Física e Esporte no Brasil através da análise e classificação, em abordagens disciplinares, de um periódico de referência da área.

O grande número de estudos publicados na abordagem biológica (31,6%) pode ser relacionado com a grande influência militar e esportiva que a Educação Física sofreu no seu processo de construção e consolidação como área (COLETIVO DE AUTORES, 1992). A abordagem pedagógica teve a segunda maior quantidade de artigos publicados (23%).

Ao todo 61 Instituições de Ensino Superior (IES) publicaram artigos no periódico, sendo 9 instituições estrangeiras e 52 brasileiras. As universidades com maior número de estudos publicados foram a USP (49,6%), a UNESP (15,2%) e a Universidade do Porto (10,7%).

Dos 244 estudos analisados, 213 são publicações apenas nacionais, o que representa 87,3% dos artigos, dentre as quais a USP está presente em 56,8%. As instituições do exterior aparecem em apenas 23 artigos, representando 9,4% do total, sendo que 83,9% desses artigos pertencem a UP. Há apenas 8 artigos com instituições nacionais e internacionais, totalizando 3,3% da amostra. Isso mostra que a parceria entre universidades brasileiras

com universidades estrangeiras existe, mas precisa ser ampliada.



# Poluição na China e os Jogos Olímpicos

Cacilda Amaral

Desde 2001, quando a China se pôs a sediar os Jogos Olímpicos, o governo chinês assumiu o compromisso de melhorar as condições de poluição do ar até o ano dos Jogos, mais hoje, às vésperas da competição este é um assunto que muito preocupa as delegações, algumas inclusive dando indícios de que darão máscaras a seus atletas para que eles se protejam da poluição enquanto estiverem em terras chinesas, o que muito comprometeria a imagem dos Jogos.

Até o início de 2008, a China afirmou ter investido 12 bilhões de euros para o combate à poluição e em março deste ano criou o Ministério de Meio Ambiente com o objetivo de melhorar as condições atmosféricas da cidade de Pequim. Foi elaborado um plano com duração de dois meses que determinou a redução da atividade industrial em Pequim e nas províncias próximas a cidade que sediará os Jogos a partir do mês de julho, sendo que cerca de 40 fábricas altamente poluentes devem ser fechadas definitivamente até dezembro de 2008. Também como medida do plano, que foi elaborado após levantamento das universidades de Pequim e Tsinghua, a circulação livre de carros foi banida, instaurando na cidade um rodízio dos cerca de 3 milhões de veículos que normalmente transitam pela cidade sede.

Em fevereiro deste ano o governo também comunicou que vai obrigar as empresas chinesas que tem ações na bolsa a submeter um relatório sobre a situação de poluição da mesma anualmente, para assim poder avaliar o "desempenho ecológico" das mesmas, esperando desta forma o comprometimento das empresas em reduzir a emissão de gases tóxicos e poluentes não só durante o período dos Jogos Olímpicos, mas sim permanentemente.

Apesar de todas as medidas tomadas, organizadores do evento ainda estão preocupados e já avisaram que existe a possibilidade de adiamento de algumas competições, principalmente as provas de resistência onde se encontram os atletas que em tese seriam os maiores prejudicados, caso a qualidade do ar não esteja adequada para a prática esportiva. Ao que parece, só poderemos ter certeza do resultado do plano de despoluição do governo chinês quando nossos atletas estiverem nas pistas, em vias de competir, até porque os Jogos já estão por vir.



# Lei seca

Cacilda Amaral

A nova Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro chamada "Lei Seca", que proíbe o consumo de álcool pelos condutores de veículos vem dando resultado. Segundo o IML da cidade de São Paulo, comparando-se o índice de mortes por acidentes de trânsito na capital paulista nas três semanas que antecederam a implementação da nova lei e das três semanas posteriores, há um a queda de 63% nos óbitos. A pesquisa levou em consideração as sextas-feiras, sábados e domingos, dias em que é mais frequente a associação de álcool e direção. Esta redução vem sendo registrada desde os primeiros finais de semana após implementação da lei seca na cidade de São Paulo, onde a queda nas duas primeiras semanas já chegava a 57%.

Devido a esta redução, algumas corretoras de seguros estudam a possibilidade de reduzir os preços do seguro de automóvel. De acordo com informações da *Folha de S. Paulo*, a Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg) acredita que se o índice continuar baixo por mais três meses, as empresas irão reavaliar os custos das apólices.

Mas apesar da lei mostrar resultados como estes em várias regiões, cidades como Foz do Iguaçu, Londrina e litoral do Paraná apresentaram no mesmo período, aumento no índice de acidentes de trânsito. A Falta de bafômetros e de fiscalização impede que a tolerância zero adotada para o consumo de álcool por motoristas, derrube o número de ocorrências em várias cidades. Na cidade de Foz do Iguaçu, onde a PM possui apenas um bafômetro para atender às ocorrências no perímetro urbano de toda a cidade, o aumento chegou a 21%.

Apesar dos esforços, há muito que se investir na nova lei, principalmente no que diz respeito à fiscalização para que os resultados obtidos nas primeiras semanas de implementação da lei seca tornem-se permanentes. Vale lembrar que países como a Suécia, Noruega e Polônia que também possuem leis rigorosas quanto ao consumo de álcool pelos seus motoristas aliadas a fiscalização intensa apresentam um baixo índice de acidentes, caminho este que o Brasil deve seguir para deixar o topo da lista dos países com trânsito mais violento.

# Tirinha

Enquanto isso na sala prô-aluno ....

